

“MISSÃO GEOLÓGICA DE ANGOLA”: CONTEXTOS E EMERGÊNCIA

JOSÉ M. BRANDÃO¹

Resumo – Embora desde os finais do século XIX se viessem a realizar, mais intensamente, diversos estudos, Angola carecia de um trabalho sistemático de reconhecimento das suas características e potencialidades geológico-mineiras. O grande passo para a constituição da primeira estrutura permanente com aquelas finalidades foi dado em 1921 por Norton de Matos, com a criação da “Missão Geológica de Angola”. Durante os anos em que funcionou, não obstante os seus limitados recursos, a Missão produziu um importante trabalho que, culminou com o lançamento da primeira carta geológica geral do território em 1933.

Palavras-chave: Missão Geológica; Angola; Norton de Matos; Sousa Torres

INTRODUÇÃO

Angola foi durante muito tempo preterida pela administração em relação ao Brasil, mais atractivo pelas suas riquezas minerais e pelo clima favorável às culturas tropicais, economicamente mais rentáveis. Também a ocupação colonial, tal como vinha a ser implementada, enfermava de graves problemas, derivados por um lado, da falta de capitais com que a província se debatia e, por outro, da falta de qualificações técnicas dos colonos, que se limitavam praticamente a providenciar mão-de-obra não especializada.

Pode dizer-se que foi no século XIX que se iniciou definitivamente a progressiva ocupação do interior da província, na peugada das grandes expedições militares e científicas – recorde-se, a título de exemplo, a expedição de Capelo-Ivens em 1877-1879 –, cujo principal motivo era sem dúvida a *“afirmação da soberania portuguesa”* embora outras razões houvesse de ordem económica e mesmo geográfica (Marques, 1972).

A organização destas campanhas expressa também o renascer do interesse pela África e pelos seus produtos e culturas, movimento internacional que em Portugal foi acompanhado de perto pela Sociedade de Geografia e, posteriormente, pela própria administração colonial, com a criação da “Comissão de Cartografia”, embrião de futuras importantes missões em todas aquelas antigas colónias portuguesas.

¹ Centro de Estudos História e Filosofia da Ciência (josembrandao@gmail.com)

São repetidas as remessas de minerais e rochas das colónias à Comissão Geológica instalada em Lisboa, designadamente de Angola, onde é de justiça referir, pelo menos, os trabalhos pioneiros de Freire de Andrade, Lourenço Malheiro, Rêgo Lima, Pereira de Sousa e Bacelar Bebião, que chefiou o serviço de minas de Angola de 1916 a 1922, autor do primeiro trabalho geral sobre a geologia de Angola, “Geologia e riqueza mineira de Angola”, publicado em 1923 pelos Serviços Geológicos. Estas explorações possibilitaram antever a possibilidade de Angola conter um amplo leque de importantes recursos mineiros, nomeadamente ferro, ouro, níquel, zinco, cobalto e carvão, entre outros. Contudo, continuava a verificar-se que apesar desses estudos a investigação científica das colónias africanas nunca merecera por parte dos sucessivos Governos “*particular atenção, apesar de se saber da riqueza mineral de algumas delas, nomeadamente em Angola*” (Carvalho, 1929), tese que nos é também confirmada pelos “Pareceres da secção de Geologia da Sociedade de Geografia de Lisboa” (1912 e 1914).

CRIAÇÃO DA MISSÃO GEOLÓGICA

A lei orgânica das colónias, revista em 1920, consignava a respectiva autonomia administrativa e financeira e previa a nomeação de Altos Comissários dotados de amplos poderes executivos para que, no menor espaço de tempo, se reequilibrassem as finanças da província promovendo o seu desenvolvimento.

É neste quadro que surge a nomeação, em 1921, do general Norton de Matos (1867-1955), como primeiro Alto Comissário da República para Angola. Profundo conhecedor dos problemas da província de que já fora Governador Geral, Norton de Matos esboçou um amplo plano de desenvolvimento que visava impor definitivamente uma economia moderna, cujo “*núcleo duro*” seria constituído por investimentos em capital, por um regime de trabalho assalariado livre e pela implantação, em toda a província, de moeda fiduciária (Torres, 1990).

Além de grandes investimentos em obras públicas, urbanismo, comunicações e saúde, este plano implicava também o estabelecimento de infra-estruturas científicas, designadamente a criação de uma estrutura permanente de estudos geológicos que pudesse apoiar o desenvolvimento da indústria mineira e dos restantes serviços e investimentos. O convite para a sua constituição foi endereçado à Faculdade de Ciências de Lisboa, cujo Director era o general Freire de Andrade, geólogo e “*distinto colonialista*” (sic).

Aceite o desafio, é indigitado para preparar e chefiar a “Missão Geológica de Angola” o naturalista do Museu Mineralógico e Geológico António de Sousa Torres (1876-1958), bacharel em *Philosophia Natural* pela Universidade de Coimbra (Brandão, 1992).

PREPARAÇÃO DAS CAMPANHAS

O ano de 1921 foi quase totalmente consumido pelos contactos necessários para recrutar os elementos que viriam a constituir o corpo técnico da Missão e na aquisição de cartografia, bibliografia e dos equipamentos de campanha e laboratório necessários. Tendo Sousa Torres como geólogo chefe, a equipa integrava os engenheiros Alexandre Borges, Fernando Mouta e Henrique O'Donnell (fig. 1), seis auxiliares técnicos treinados em Lisboa pelos experimentados colectores dos Serviços Geológicos Romão de Sousa e Romão de Matos, um fotógrafo, Isauro Chaves, e o desenhador-cartógrafo Pedro Guedes, contratado em Luanda, onde já trabalhava para a Missão de Geodesia. O restante pessoal de apoio foi contratado localmente.



Figura 1. Da esquerda para a direita: O'Donnell, F. Mouta, Sousa Torres, A. Borges, o engenheiro Trindade e o secretário da Fazenda Pública. [192-?]. Cliché Arquivo do MMG/MNHN-UL.

Sousa Torres conseguiu ainda garantir o apoio de Ernest Fleury, do Instituto Superior Técnico, que já estudava materiais de Angola, trabalho que continuou com as amostras que dali lhe foram mandadas pela Missão.

Para Norton de Matos, o grande objectivo era dotar Angola de um “Serviço Geológico”; porém, do ponto de vista operacional, a meta da Missão era a elaboração de uma carta geológica geral do território que pudesse servir de base a estudos regionais mais detalhados.

"...Convinha montar serviços de Geologia aplicada, reunir elementos, examinar, coordenar e completar as colecções mineralógicas e petrológicas aqui existentes, relacionando com verdade o que se tinha apurado e continuando esse trabalho com exames directos sobre os terrenos... Os trabalhos assim orientados contribuirão para futuros estudos de Geologia económica, quando nas bacias hidrográficas se fixarem posições para as barragens, servirão de subsídio para a localização de pesquisas de certos minerais de utilidade industrial e agrícola... e de correcção dos terrenos..."

(Sousa Torres ao jornal "Província de Angola")

Pretendia-se ainda que a Missão promovesse a coordenação dos dados obtidos pelos geólogos das companhias dos diamantes e dos petróleos e os coligidos pelo pessoal dos Caminhos de Ferro de Benguela e por alguns estrangeiros que tinham efectuado trabalhos para companhias mineiras.

A Missão Geológica partiria finalmente de Lisboa a 8 de Janeiro de 1922, no paquete Beira, rumo a Angola, desembarcando no Lobito em 4 de Fevereiro (fig. 2).

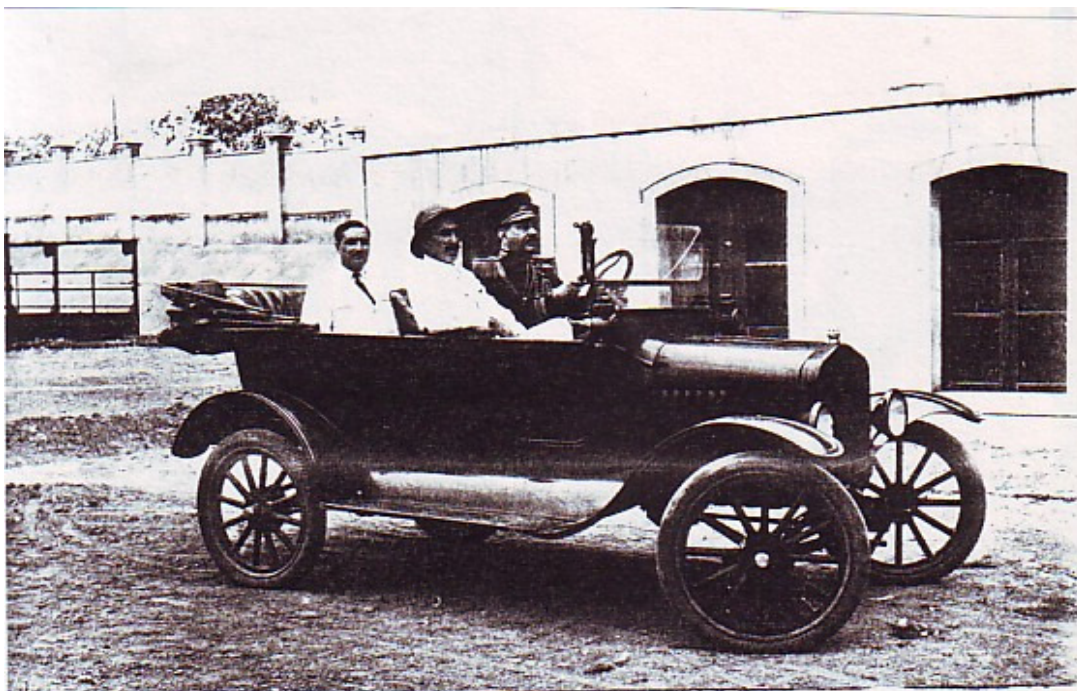


Figura 2. Sousa Torres (de chapéu) e Norton de Matos (ao volante), em Luanda, [1922?]. Cliché Arquivo do MMG/MNHN-UL.

INSTALAÇÃO, TRABALHOS E PRODUÇÃO CIENTÍFICA

Previam-se que o acampamento inicial da Missão fosse instalado em Catumbela, de onde saíam três brigadas chefiadas, respectivamente, pelos engenheiros O'Donnell, Mouta e Borges: duas na direcção do planalto Central e outra para o litoral. Contudo, diversos problemas impediram que o plano se desenrolasse como previsto, tendo-se então optado pela montagem de um acampamento base no Huambo, onde viria a ficar instalada a sede oficial do serviço. Esta escolha ficou a dever-se não só ao clima mais favorável, como também à excelente posição geográfica da cidade no centro da província e da maior parte da “*área colonizável*” (Mouta & Borges, 1926).

Até à construção das instalações definitivas, “*a Geológica*” como lhe chamavam os locais, ficou instalada nuns velhos armazéns alugados para o efeito, onde se improvisaram alojamentos para o pessoal e se instalou o laboratório e um museu, onde eram guardados os exemplares, coligidos pelos geólogos da Missão e os oferecidos por outras entidades.

As sucessivas dificuldades económicas sentidas nos primeiros anos condicionaram bastante os trabalhos desenvolvidos e durante muito tempo, apenas pôde funcionar uma ou duas brigadas. Só a partir de 1925 a Missão foi dotada de melhores meios técnicos e financeiros, sendo então constituídas as três brigadas de campo inicialmente previstas, que se viriam a manter até à dissolução do “Serviço da Carta Geológica de Angola” no início dos anos trinta, estrutura chefiada por Henrique O'Donnell que sucedera à “Missão Geológica” em 1926.

Durante os primeiros anos de trabalho, foram colhidos pelos membros da Missão alguns milhares de amostras, enviadas não apenas para a base no Huambo, mas também, e em particular, para o Museu Mineralógico e Geológico da Faculdade de Ciências de Lisboa, onde Machado e Costa constitui a “Sala do Império Colonial” (Costa, 1936). Nos anos seguintes, muitas centenas de quilos de amostras tiveram como destino as Universidades de Coimbra e Porto, os Serviços Geológicos e a Sociedade de Geografia.

Em 1926, a Missão Geológica ainda encabeçada por Sousa Torres, foi convidada a participar no Congresso Geológico Internacional de Madrid, onde Mouta & Borges (1926) apresentaram uma importante “memória”, fazendo o ponto da situação no que respeitava ao avanço dos conhecimentos geológicos gerais sobre a Província.

“...Estas memórias não representam de modo nenhum o resultado de todos os trabalhos da Missão, pois que a maior parte da área percorrida pelas brigadas foi nos planaltos de Benguela e Huila, onde temos perto de 15.000 quilómetros de itinerários levantados e cerca de 4.000 amostras de rochas colhidas. Resumindo, a mancha estudada pela Missão está limitada pelos

paralelos 12° e 15°, oceano e meridiano 17°, e fora desta zona, reconhecimentos ligeiros em vários pontos...” (v. fig. 3)

Mouta & Borges, 1926

Neste congresso foi reafirmada a decisão de publicar uma carta geológica geral de África, para a qual a Missão de Angola foi chamada a contribuir, compatibilizando os elementos que possuía com os recolhidos pelos restantes serviços geológicos africanos. Previa-se que para essa carta, na escala de 1/5 000 000, seria necessário fazer um trabalho detalhado que, no entender daqueles engenheiros, só seria possível se fossem revistas as finanças da Missão Geológica e criada em paralelo uma Missão Geográfica ou Cartográfica capaz de promover a elaboração de novos trabalhos geodésicos. O mapa a entregar à Comissão da Carta Geológica Geral de África, teria de estar pronto por altura do 15º Congresso Internacional que reuniria em Pretória em 1929, pelo que foi necessário dar novo alento aos trabalhos da Missão, apesar das dificuldades financeiras e do facto de Sousa Torres, entretanto de regresso a Lisboa em gozo de licença ponderar não voltar.

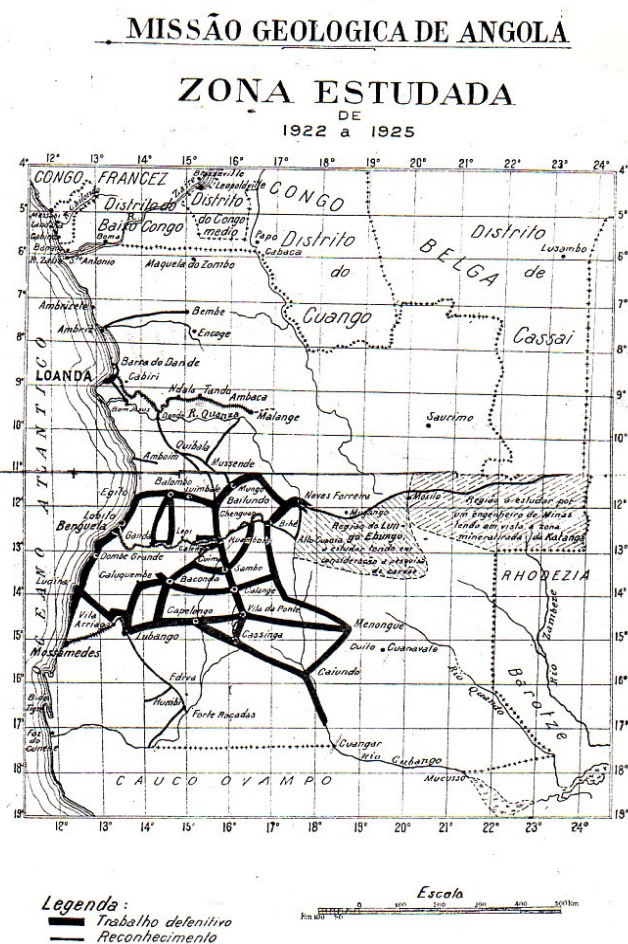


Figura 3. Notícia dos trabalhos realizados. Arquivo do MMG/MNHN-UL.

"...A bordo do vapor Lourenço Marques, tivemos o feliz ensejo de falar com o engenheiro geólogo Snr. Fernando Mouta, que nele segue com o seu companheiro, a caminho do Cabo e d'ali para Pretória... [que nos mostrou] inúmeros álbuns com magníficas fotografias de paisagens diversas de rochas e vários fenómenos de formação da Terra, do solo de Angola, e a Carta de Angola, trabalho admirável esboçada na escala de 1/5.000.000, que compreende quase toda a área da Colónia..."

In: "A província de Angola", 1929.

A Carta Geológica de Angola na escala 1/2.000.000, síntese dos conhecimentos até então reunidos, foi apresentada em Washington, durante o Congresso Internacional de Geologia de 1933, com uma notícia explicativa assinada por F. Mouta e H. O'Donnell, trabalho que veio a ser completamente reformulado e reeditado em 1954 pelo primeiro destes autores, sob o título "*Notícia explicativa do esboço geológico de Angola 1:2 000 000*".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do seu percurso a Missão Geológica de Angola sofreu dificuldades de toda a ordem e algumas incompreensões que ameaçaram o bom desenrolar dos trabalhos, que os seus membros, porfiadamente, se esforçaram por contrariar. Apesar de tudo, os seus objectivos fundamentais foram atingidos.

"...a Missão geológica iniciou os seus trabalhos em 1922; resistiu ao vendaval destruidor que varreu Angola em 1924, deitando por terra muito do que havia sido feito...; alcunhada por muitos de obra inútil e dispendiosa, a Missão foi prosseguindo com rara tenacidade e subido esforço os seus trabalhos... Muita coisa ficou de reconhecido valor a representar Portugal nos Congressos internacionais de Geologia e a atestar que pelo menos neste ramo da ciência, as colónias portuguesas concorreram para aumentar os conhecimentos humanos... seja como for, ninguém poderá destruir a obra de valor que... conseguiu realizar em Angola no que respeita à Geologia daquela parte da Nação..."

Norton de Matos in: "O Primeiro de Janeiro", Junho de 1934.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, J.M. (1992) – *António Sousa Torres, naturalista do MLMG. Nota biográfica*. Com. Col. APOM, Lamego. Policopiado, M.N.H.N.-U.L., Lisboa.

- CARVALHO, F. (1929) – A investigação científica das colónias. *Bol. Agenc. Geral Colónias*, 43, Lisboa.
- COSTA, A.M. (1936) – O Museu Colonial. *Bol. Mus. Lab. Min. Geol. Univ. Lisboa*, 5, 2ª série, p. 69-80.
- MARQUES, O. (1977) – História de Portugal. Palas Editores. 7ª edição, Março de 1977. Lisboa.
- MOUTA F. et BORGES, A. (1926) – "Sur le Crétacé du litoral de l'Angola (Districts de Benguela e Mossamedes)". Congrès Géologique International, XIV^e session. *Bol. Agenc. Ger. Col.*, 14, p. 20-55, Lisboa.
- MOUTA, F. et O'Donnell (1933) – *Carte Géologique de l'Ángola: Notice explicative*". Ministério das Colónias, Lisboa, 1933.
- MOUTA, F. (1938) – Notice Géologique sur l'Angola (Afrique Occidentale Portugaise), 1 carte 1/5.000.000. *Com. Serv. Geol. Port.*, t. XX p. 19-37. Lisboa.
- TORRES, A. (1990) – As contradições do paradigma colonial. In: *Portugal Contemporâneo*. Publ. ALFA, Lisboa.